Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 02 2018	15h	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

estão aqui. Eu quero pedir o apoio em nome do Deputado Bispo Renato Andrade, que teve a grandeza de colocar isso no orçamento, como um membro da comissão. Então, eu acho que nenhum colega aqui pode votar contrariamente a isso, que é votar contra a saúde pública.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou sensibilizado com o pedido do Deputado Agaciel Maia porque sou um homem de coração bom. Mas quero dizer que entre agora o pedido do meu nobre amigo, queridíssimo Deputado Agaciel Maia, correligionário... Mas desta vez, meu nobre Deputado, eu vou ficar com os servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça dos vetos a seguir, que serão votados em bloco.

Item nº 70:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.587, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “Dispõe sobre o livre acesso, nos eventos públicos e privados, do Agente de Proteção da Infância e Juventude”.

Item nº 71:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 101, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de coletores de chorume nos caminhões de lixo que transitam por vias públicas do Distrito Federal”.

Item nº 72:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 273, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre o fornecimento de alimentação para as pessoas portadoras de diabetes nos restaurantes comunitários do Distrito Federal”.

Item nº 73:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 941, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre a utilização dos créditos referentes à licença-prêmio e precatórios para pagamento de dívidas pessoais dos agentes públicos do Distrito Federal, contraídos junto ao Banco de Brasília – BRB e dá outras providências”.

Item nº 74:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 780, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão do tema Educação Moral e

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 02 2018	15h	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Cívica como conteúdo transversal no currículo das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Item nº 75:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$123.526.830,00”.

Item nº 61:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 442, de 10 de maio de 1993”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir os relatórios da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatórios.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são os seguintes os relatórios:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 02 2018	15h	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Quanto ao item nº 73, a justificativa é de que a presente norma é matéria destinada ao ramo do Direito Civil e, portanto, só pode ser legislada pelo Congresso Nacional.

Quanto ao item nº 74, os motivos do veto são: a inaplicabilidade ao princípio da eficiência salutar aos atos da administração pública, assim como o conflito com o princípio da razoabilidade.

Quanto ao item nº 75, a justificativa apresentada pelo Exmo. Sr. Governador é que o projeto contraria a discricionariedade do Poder Executivo em definir as áreas em que se observa a maior necessidade de servidores, uma vez que as alterações realizadas no projeto inviabilizam a nomeação de outras carreiras, senão aquelas elencadas pelos Deputados quando da destinação de recursos orçamentários.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de pedir à Sra. Secretária que faça a leitura da lista, para ficar bem claro, dos vetos que estão sendo votados em bloco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, repito aqui o que eu já disse a V.Exa.: tendo em vista que estão acontecendo coisas estranhas aqui, que nunca aconteceram – acordo feito no Colégio de Líderes ser quebrado aqui, para pedir destaque –, peço a V.Exa. que suspenda a votação dos vetos e que vote tão somente o projeto do SLU e...

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós já iniciamos.

Sra. Secretária, pode fazer a leitura.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Em apreciação os itens nºs 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74.

Item nº 58:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.653, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "estabelece diretrizes para a participação da sociedade civil na alocação, definição de prioridades, execução, acompanhamento e controle dos recursos disponibilizados à execução das políticas públicas distritais".

Item nº 59:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei n 1.849, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei nº 5.005, de 21 de dezembro de 2012, que institui as condições e os procedimentos de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS aos contribuintes industriais, atacadistas ou distribuidores".

SECRETARIA LEGISLATIVA
PL Nº 1885 / 2018
Folha nº 62 R 17A